

Retórica não derruba inflação nem reduz os juros

Ana Araújo

HELIVAL RIOS

A retórica do Governo é muito forte. Mas pouca coisa mudou no cenário nacional, em termos essenciais. A taxa de inflação continua insuportável e ascendente, o achatamento dos salários continua sistemático, derrubando o poder aquisitivo da classe trabalhadora a uma taxa média de 40% nos últimos 12 meses; e os juros reais continuam oscilando em média entre 30% e 40% ao ano, isto é, acima da inflação.

De positivo existe apenas uma ligeira retomada da atividade econômica, que vinha sendo verificada desde o final do ano passado.

O cenário montado por alguns economistas de dentro e de fora do Governo, para os próximos meses, é preocupante. Espera-se uma aceleração dos preços nos produtos agrícolas, uma crise industrial localizada em vários setores que não estão conseguindo acompanhar o ritmo da abertura da economia e uma onda de greves sem precedentes, na medida em que se avizinha a safra de importantes datas-base (metalúrgicos, eletricitários, bancários, petroleiros, etc). Supõe-se que os tra-

balhadores reagirão ao achatamento de salários, principalmente a partir deste segundo semestre, inconformados com a política salarial que traz de volta os reajustes mensais, mas com um redutor de 40% e limitados a apenas seis salários mínimos.

Política — O segundo semestre também será marcado por grande efervescência política, uma vez que a revisão constitucional, com início previsto para outubro, sacudirá as bases da sociedade com a discussão de temas como a mudança no esquema de divisão das responsabilidades entre União, estados e municípios; fim da estabilidade do servidor público; reforma do sistema previdenciário, com o fim da aposentadoria por tempo de serviço; e revisão das regras para o capital estrangeiro.

FMI — Some-se a tudo isto a chegada ao Brasil, na segunda quinzena deste mês, da missão do FMI (Fundo Monetário Internacional) para escarafunchar as contas nacionais e, em particular, as contas do Governo.

O Governo, que hoje está meio perdido, sem saber sequer de quan-

to é o déficit operacional, vai ter a chance, para o deputado Delfim Netto, de tomar conhecimento pela primeira vez da realidade.

O deputado estima que mesmo com a arrecadação do IPMF que se inicia em agosto (com uma expectativa de receita de US\$ 600 milhões/mês) e com o corte orçamentário de US\$ 6 bilhões, haverá um rombo nas contas públicas de aproximadamente US\$ 15 bilhões.

A chegada do FMI ao Brasil e o levantamento das contas de forma tecnicamente mais correta deverão causar impacto político.

No final de ano, como sempre ocorre, o Governo deverá enfrentar as sazonalidades de mercado, com aquecimento de demanda e maior folga na liquidez. Em abril de 1994, data da desincompatibilização para os candidatos à Presidência da República, será deflagrada a campanha eleitoral, que será a nova tônica das preocupações nacionais. A partir daí, o presidente Itamar e equipe terão importância decrescente, o mesmo acontecendo com o "poder de fogo" do Governo para debelar os problemas nacionais.



Depois da missão do FMI, que chega este mês, Cardoso terá que enfrentar a revisão constitucional